

- 12º. - Manuel Azevedo de Sousa, casado;
 13º. - José Oliveira, casado;
 14º. - José Oliveira Brasil, casado;
 15º. - António Luis da Silva, casado, todos naturais da freguesia de Santo Antão deste concelho com excepção do primeiro que é da freguesia e concelho do Nordeste e todos também residentes ao lugar de São Tomé referida freguesia de Santo Antão, constituíram entre si uma associação recreativa e cultural denominada CENTRO SOCIAL DE SÃO TOMÉ, com sede no referido lugar de São Tomé, a qual se regerá pelos estatutos que constam nesta escritura, elaborada nos termos do nº. 2 do artigo 78 do Código do Notariado e na parte omissa pela legislação em vigor. Fez-se a leitura desta escritura e a explicação do seu conteúdo aos outorgantes em voz alta e na presença simultânea de todos os intervenientes.

Manuel Maria da Costa Pacheco, João Azevedo Bettencourt, João Azevedo Sousa, António Azevedo Amorim, José Silveira Vitorino, Agostinho Patrício Lourenço, Luciano Silveira Vitorino, Francisco Luis da Silva, Lourenço Brasil, José Silveira Gonçalves, Germano Luis da Silva, Manuel Azevedo de Sousa, José Oliveira, José Oliveira Brasil, António Luis da Silva, José Azevedo, António Joaquim Nunes Lopes.

É certidão de teor parcial que fiz extrair e vai conforme o original a que me reporto, declarando que da parte omitida há que amplie, restrinja, modifique ou condicione a parte transcrita.

Cartório Notarial de Calheta, São Jorge, 22 de Abril de 1988. O 3º. ajudante, *Jorge Miguel de Noronha.*

ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DA ESCOLA SECUNDÁRIA DA RIBEIRA GRANDE

Estatutos

CAPÍTULO I

Princípios fundamentais

Artigo 1º.

(Definição)

A Associação de Estudantes (AE) é a organização representativa dos estudantes da Escola, regendo-se pelos princípios básicos do Movimento Associativo (MA), a saber:

- Democraticidade - Que implica o respeito e legitimidade das decisões maioritárias e livremente tomadas pelos estudantes através dos seus órgãos representativos.
- Independência - Implica a não submissão da AE a partidos políticos, organizações estatais ou confessionais ou quaisquer outras organizações que, pelo seu carácter, impliquem a perda de independência dos estudantes ou dos seus órgãos representativos.

Artigo 2º.

(Objectivo da AE)

- Os objectivos fundamentais da AE, entre outros

que venham a ser democraticamente definidos pelos órgãos desta são:

- Representar os estudantes e defender os seus interesses;
- Procurar a formação cívica, física e cultural dos seus membros;
- Promover a ligação da Escola e dos seus associados à realidade sócio-económica e política do País;
- Defender e promover os valores fundamentais do ser humano;
- Contribuir, através dos meios ao seu alcance, para a participação dos seus membros na discussão dos problemas educativos;
- Cooperar com todos os organismos estudantis, nacionais ou estrangeiros, cujos princípios não contrariem os definidos nestes princípios fundamentais;

- Quaisquer outros objectivos da AE deverão ser definidos pelos órgãos desta ou através do programa pelo qual foram eleitos.

CAPÍTULO II

Dos estudantes

Artigo 3º.

(Direito de Participação)

Todos os estudantes têm o direito de participar na vida associativa, sendo sócios efectivos da AE os estudantes que voluntariamente procedem à sua inscrição na mesma.

Artigo 4º.

(Direitos e Deveres)

São direitos e deveres dos membros da AE:

- Participar em todas as actividades promovidas pelos seus órgãos;
- Cumprir e fazer cumprir os presentes estatutos, bem como qualquer deliberação tomada pelos órgãos da AE que não infrinja os objectivos definidos pelos presentes estatutos ou que interfiram com as opções políticas ou confessionais do associado;
- Inquirir os órgãos da AE sobre a condução das suas actividades;
- Votar e ser votado para os órgãos da AE;
- Contribuir para a prossecução dos objectivos da AE.

CAPÍTULO III

Dos Órgãos

Artigo 5º.

(Dos órgãos)

São órgãos da AE:

- Parlamento Associativo (PA);
- Direcção Associativa de Estudantes (DAE).

SECÇÃO I Parlamento Associativo

Artigo 6º.

(Definição e composição)

1. O PA é o organismo máximo representativo dos estudantes da Escola.
2. O PA é composto por 20 membros, eleitos pelos estudantes, por método de Hondt de acordo com o disposto no artigo 22º. - 1.

Artigo 7º.

(Competência)

Compete ao PA:

- a) Eleger, de entre os seus membros, um Presidente e dois secretários da sua mesa.
- b) Acompanhar e fiscalizar as actividades da DAE, dar pareceres sobre a condução das mesmas e emitir deliberações para a processação dos objectivos da AE.
- c) Elaborar e aprovar o seu regimento interno.
- d) Aprovar o relatório de contas da DAE depois de ouvido parecer da Comissão de Fiscalização de Contas, eleito por método de Hondt de entre os membros do PA.
- e) Tomar conhecimento e dar parecer sobre qualquer petição dirigida individual ou colectivamente pelos estudantes da Escola.
- f) Desencadear o processo do Referendo Estudantil de acordo com o artigo 15º.
- g) Alterar os presentes estatutos, nos termos do artigo 23º.
- h) Organizar-se em Comissões Especializadas para análise de problemas específicos da Escola submetendo sempre a ratificação do plenário parlamentar as decisões tomadas por estas.
- i) Eleger entre os seus membros, os membros da Direcção Associativa interna em caso de demissão da DAE, dentre os quais fazem parte os membros da Mesa do PA.

Artigo 8º.

(Quorum e Reuniões)

1. O Parlamento Associativo só pode deliberar com a presença de mais de metade dos seus membros.
- 2.
- a) As reuniões ordinárias do PA são mensais, durante todo o ano lectivo.
- b) O PA reunirá extraordinariamente sempre que convocado pela mesa a requerimento de:
 1. A DAE
 2. 1% dos seus membros.
 3. 3% dos estudantes da Escola.
- c) A convocação das reuniões deverá ser comunicada pela mesa a todos os membros por escrito, onde constem a data, hora, local e ordem de trabalhos das mesmas, além do anúncio público nos locais para isso destinados na Escola.
- d) As reuniões do PA têm de ser comunicadas com uma antecedência mínima de 3 dias úteis.

Artigo 9º.

(Mandato dos membros)

1. O mandato dos membros do PA tem a duração

de um ano expirando com o apuramento dos resultados das novas eleições para o PA.

2. Perdem o mandato os membros do PA que:

- a) Peçam, a sua renúncia ao Presidente da mesa.
- b) Faltarem a mais de duas reuniões seguidas ou quatro alternadas sem motivo justificado.
- c) Deixem de pertencer à Escola.

3. As vagas criadas no PA, por perda de mandato, serão preenchidas pelos elementos subsequentes da respectiva lista.

4. Se as vagas existentes no PA, depois de processadas todas as substituições forem superiores a metade dos seus membros, haverá novas eleições para este para complementar o seu mandato.

Artigo 10º.

(Mesa do PA)

1 - A Mesa do PA é constituída por um Presidente e dois secretários eleitos de entre os seus membros.

- a) A eleição da Mesa do PA será por lista fechada e maioria absoluta à primeira volta, bastando a existência de maioria relativa à segunda volta para a sua eleição.
- b) A eleição da Mesa do PA será feita por voto secreto.

2. Compete à Mesa do PA:

- a) Dirigir os trabalhos deste, despachar o expediente e zelar pelo bom desenrolar dos mesmos.
- b) Cumprir e fazer cumprir a O.T. da reunião e o regimento interno do PA.
- c) Decidir com recurso para o PA da interpretação do R.I.
- d) Declarar a perda de renúncia de qualquer membro do PA e fazer operar a respectiva substituição.
- e) Convocar, nos termos do artigo 8º. - 2., o PA.
- f) Assegurar todo o expediente do PA no intervalo das suas reuniões.
- g) Admitir ou rejeitar propostas, requerimentos, protestos ou reclamações de qualquer membro do PA ou de qualquer estudantes dirigida a este órgão.
- h) Marcar a data de novas eleições após serem ouvidos os órgãos da AE.

3. A Mesa do PA poderá ser demitida por este, desde que para tal seja aprovado um voto de desconfiança à mesma. Proceder-se-á, em seguida e com preterimento da OT, à eleição da nova Mesa de acordo com o disposto no nº. 1 deste artigo.

4. Em caso de falta de qualquer membro da Mesa, proceder-se-á à eleição do ou dos elementos faltosos interinamente bastando para tal a maioria simples dos votos.

SECÇÃO II

Direcção da Associação de Estudantes

Artigo 11º.

(Definição e Composição)

1. A Direcção da Associação de Estudantes (DAE) é o órgão máximo executivo da AE.
2. A DAE é composta por um mínimo de 5 elementos, eleitos pelo corpo dos estudantes de acordo com artigo 22º. - 1 A).

3. Na DAE existirá obrigatoriamente um presidente, um tesoureiro e coordenadores das secções associativas.

Artigo 12º.

(Competência)

Compete à DAE:

- a) Cumprir e fazer cumprir as normas estatutárias, as deliberações do PA e o seu programa de actividades.
- b) Representar a AE em todas as actividades a que venha a ser chamada.
- c) Coordenar o trabalho das secções associativas e prestar-lhes todo o apoio necessário à prossecução dos seus objectivos.
- d) Pedir a realização de reuniões extraordinárias do PA de acordo com o ponto 2. b) do artigo 8º. Solicitar, de acordo com o artigo 15º. - 2. b), a realização de referendos estudantis.
- f) Dar a conhecer aos estudantes, de forma pública, o seu relatório final de contas e actividades, bem como divulgar as suas tomadas de posição sobre assuntos de interesse relevante para a Escola.
- g) Estabelecer todas as formas de contacto com os órgãos de gestão da Escola, bem como com quaisquer organismos estatais ligados aos problemas juvenis.
- h) Elaborar o seu regulamento interno.

Artigo 13º.

(Reuniões)

1. A Direcção Associativa reúne extraordinariamente de 15 em 15 dias.
2. As reuniões extraordinárias serão convocadas pelo seu presidente de acordo com o seu regulamento interno.
3. A DAE poderá reunir em Comissões para tratar de assuntos sectoriais.

CAPÍTULO IV

Processos eleitorais

SECÇÃO I

Referendo

Artigo 14º.

(Definição)

O referendo é o processo democrático de auscultação da vontade dos estudantes da Escola sobre problemas concretos existentes.

Artigo 15º.

(Âmbito e convocação)

1. O referendo poderá versar os problemas:
 - a) Aprovação final das alterações estatutárias, em conformidade com o artigo 23º. - 3.
 - b) Reiterar a confiança a qualquer órgão associativo quando existirem diferendos gravosos a resolver.
 - c) Aprovar a entrada da AE em qualquer organização estudantil.
 - d) Aprovar, em última instância, o relatório de contas da DAE quando tal for recusado pelo PA.

e) Quaisquer outros, desde que não interfiram com as competências específicas dos órgãos associativos ou dos princípios fundamentais da AE.

2. O referendo poderá ser convocado pela Mesa do PA a requerimento de:

- a) 10% dos estudantes da Escola;
- b) Direcção da Associação de Estudantes;
- c) Mais de metade dos membros do PA.

3. Após a recepção do pedido de convocação a Mesa do PA providenciará para que este se realize no prazo máximo de 15 dias, dando público conhecimento de todos os dados relativos ao acto.

4. O referendo decorre por votação em sufrágio directo, secreto e universal, sendo postas à votação as propostas apresentadas por qualquer dos órgãos ou por 10% dos estudantes.

5. Só será considerado válido o resultado do referendo se participarem neste um mínimo de 30% dos estudantes e a proposta aprovada obtiver uma maioria absoluta dos votos validamente expressos.

6. O referendo será fiscalizado por uma Comissão Eleitoral constituída pela Mesa do PA e por um representante de cada grupo de proponentes.

SECÇÃO II

Eleições para os órgãos

Artigo 16º.

(capacidade eleitoral)

Tem capacidade eleitoral todos os estudantes matriculados na Escola à data das eleições.

Artigo 17º.

(Marcação das eleições)

1. A marcação das eleições competirá à Mesa do PA de acordo com o disposto no artigo 10º. - 2.h).
2. As eleições para os órgãos da AE decorrerão até 15 dias após o final do mandato dos órgãos cessantes, devendo a convocação das mesmas ser feita publicamente com um prazo mínimo de um mês.

Artigo 18º.

(Apresentação de candidatura)

1. As candidaturas aos órgãos da AE deverão ser apresentadas à Mesa do PA até dez dias úteis antes das eleições, acompanhadas da declaração de aceitação de candidatura dos elementos propostos e subscritas por um mínimo de 50 estudantes não pertencentes à lista.
2. As listas candidatas deverão apresentar nessa data um delegado seu, por cada órgão da Comissão Eleitoral que vigiará todo o processo eleitoral.
3. As listas ao PA deverão conter 1/2 de suplemento em relação ao total de efectivos.
4. As listas à DAE deverão conter um mínimo de 5 elementos de acordo com o artigo 11º.

Artigo 19º.

(Comissão eleitoral)

1. A Comissão Eleitoral é composta por um presidente da Mesa do PA que presidirá a esta, dois secretários da mesma e um representante de cada lista concorrente a cada órgão.

2. Compete à Comissão Eleitoral:

- a) Elaborar os cadernos eleitorais;
- b) Verificar a legalidade das listas apresentadas, sortear as suas designações e distribuir os espaços de propaganda;
- c) Fiscalizar a campanha eleitoral;
- d) Imprimir os boletins de voto;
- e) Apurar os resultados eleitorais e lavrar a acta de apuramento final dos resultados;
- f) Aceitar deferindo, os pedidos de impugnação das eleições.

3. A Comissão Eleitoral reúne no dia posterior ao fim do prazo de apresentação das listas.

Artigo 20º.

(Campanha eleitoral)

A campanha eleitoral realizar-se-á durante um mínimo de 3 e um máximo de 5 dias úteis antes da data das eleições findando obrigatoriamente 24 horas antes da hora prevista para a abertura das urnas. As listas concorrentes terão igual acesso aos meios existentes de propaganda e distribuídos pela Comissão Eleitoral.

Artigo 21º.

(Acto Eleitoral)

1. As eleições são realizadas por sufrágio directo e universal em escrutínio secreto.
2. O acto eleitoral tem a duração de um dia, decorrendo da hora de início das aulas ao seu encerramento.
3. O escrutínio terá lugar após o encerramento das urnas sendo realizado pela Comissão Eleitoral de acordo com o artigo 19º. 2-e)

Artigo 22º.

(Sistema Eleitoral)

1. Os candidatos ao PA serão eleitos segundo o método de Hondt.
2. A DAE será composta pelos membros das listas com maioria simples dos votos validamente expressos.
3. As eleições para a DAE e PA deverão realizar-se na mesma data, contando as listas para cada um dos órgãos em boletins de voto diferentes.

CAPÍTULO V

(Revisão Estatutária)

Artigo 23º.

(Processo de Revisão)

1. Os presentes estatutos poderão ser revistos pelo Parlamento Associativo, por maioria absoluta dos seus membros.
2. A revisão estatutária terá lugar em sessão extraordinária no prazo de um mês após a entrada da primeira proposta subscrita por um mínimo de 25% dos membros do PA.
3. Todos os artigos que não obtenham, por parte do PA a maioria necessária à sua aprovação, serão na sua globalidade submetidos à votação referendária, de acordo com o artigo 15º.
4. A revisão dos presentes estatutos não poderá ser feita nos seguintes pontos, excepto se para tal houver maioria referendária de 2/3:

- a) Princípios fundamentais da AE (artigo 1º. e artigo 2º. -1)
- b) Dos órgãos (artigo 5º.)
- c) Existência de referendo (artigo 14º.)
- d) Revisão estatutária (artigo 23º.)

5. As revisões estatutárias só podem ter lugar uma vez por ano.

CAPÍTULO VI

Disposições finais e transitórias

Artigo 24º.

(Lacunas)

Os casos não previstos nos estatutos serão previsto no PA obedecendo, por ordem de prioridade a:

- a) Espírito dos presentes estatutos;
- b) Lei geral,
- c) Programa da Direcção Associativa

Artigo 25º.

(Disposições finais)

Estes estatutos entraram em vigor logo após a sua aprovação.

MENDES & ARAÚJO, LIMITADA

Certidão

Certifico para efeitos de publicação que por escritura outorgada no dia 28 do mês de Junho de 1988, lavrada de fl. 68 a fl. 69 do livro de notas para escrituras diversas nº. 12-D, deste Cartório Notarial, foi dissolvida a sociedade denominada MENDES & ARAÚJO LIMITADA, com sede na Grota do Vimial, freguesia da Conceição, deste concelho de Angra do Heroísmo, pessoa colectiva 512/005435, constituída por escritura de 29 de Abril de 1977, exarada a fl. 33vº. e seguintes do livro de notas nº. 29-B do 1º. Cartório da então secretaria notarial, deste concelho.

Que a referida sociedade tem como únicos e actuais sócios Francisco Inácio Mendes, casado em regime da comunhão geral com Evangelina Lemos Soares, natural da freguesia de Lajes do concelho de Praia da Vitória, e residente na freguesia de São Bento, deste concelho de Angra do Heroísmo, e Nadil Manuel Maia Araújo, casado no regime da comunhão geral com Maria Rosa Artalheiro Carvalho Araújo, natural da freguesia da Conceição, deste concelho e residente na mencionada freguesia de São Bento.

Que a referida sociedade tem por objecto o exercício da actividade de criação e abate, compra e venda de suínos, e tem o capital social de 50.000\$, inteiramente realizado e dividido em duas quotas iguais cada um de 25.000\$, pertencente uma a cada um dos sócios.

Que de mútuo acordo, dissolvem a referida sociedade para todos os efeitos legais, e que a mesma nunca exerceu o seu objecto pelo que cada sócio recebeu apenas a quota que entrou em caixa social na data da sua constituição, e dão por liquidadas e arrumadas todas as suas contas entre eles sócios, dando-se recibo e geral quitação um ou outro.